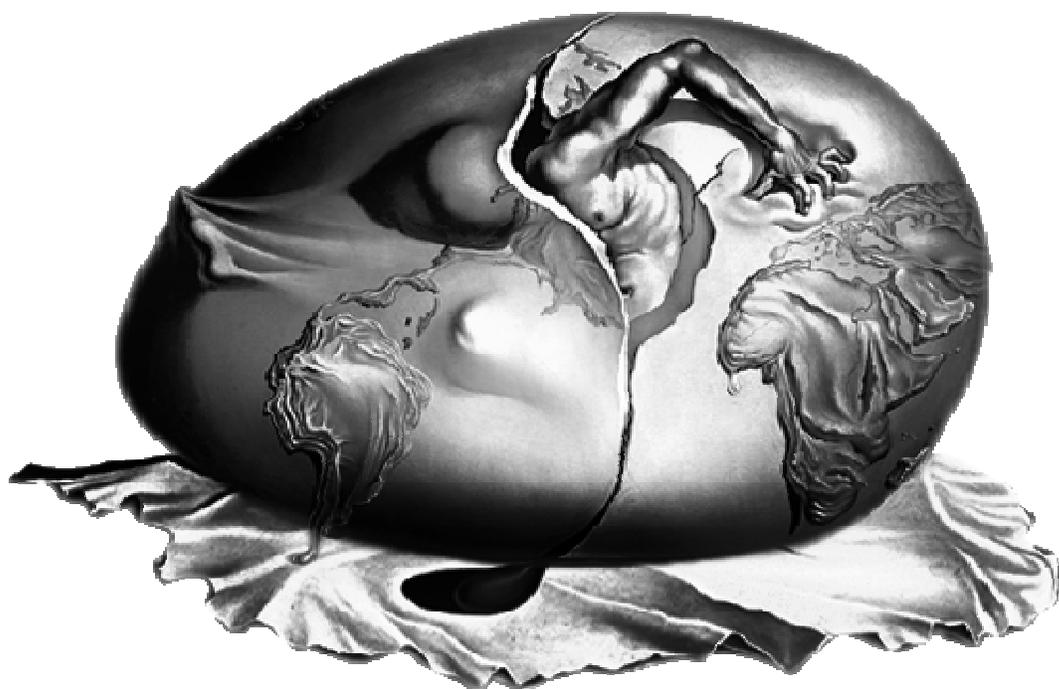


BOLETIM *PRESENÇA*

ANO I, n° 02, 1994



U N I R

**BOLETIM DO
LABORATÓRIO DE
GEOGRAFIA HUMANA
LABOGEOH**

ÓRGÃO DIVULGADOR DAS
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
PELO LABORATÓRIO
FUND. UNIV. FED. DE RONDÔNIA
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO, BR
364 KM 9,5 (SENTIDO ACRE)

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NÚMERO 02 - ANO I
PORTO VELHO - RO
FEVEREIRO/MARÇO 1994

CARTA DO LEITOR

Carta do leitor, é um espaço reservado para comentários sobre as matérias publicadas neste Boletim.

NESTE NÚMERO:

***Editorial**

*** Carta do leitor**

*** Resgate Bibliográfico:**

*Max. Sorre, Gênero de vida e
Ribeirinhos do Madeira*

*** Espaço Aberto:**

*Suporte da Memória e Fonte da
História*

A Utopia da Gestão Ambiental

A Ciência e a Derrota da Razão

*** Espaço do Estudante:**

*Geografia: A quem interessa o
curso?*

- O C.A.M de Porto Velho

*** Bate-Papo Geográfico**

*** Fique por Dentro!**

EDITORIAL

O processo de ensino-aprendizagem dá-se de forma contínua e bilateral, ou seja tanto o professor como o estudante tem que fazer a sua parte. Ao professor cabe aplicar um ensino de qualidade e produzir conhecimentos. Ou vice versa. Embora estejamos pensando no professor universitário, a premissa também é válida para os professores secundaristas. Ao estudante cabe construir e solidificar sua formação acadêmica e profissional. Por que precisamos falar de coisas tão óbvias? A resposta também é óbvia: o desenvolvimento intelectual não ocorre de forma eqüitativa na sociedade. Logo, a compreensão de determinados conceitos são aplicados de forma antagônica entre os diversos grupos sociais.

Ao conceituarem "Universidade", alguns a compreendem como uma inesgotável fonte de cargos e salários (só que esquecem os encargos inerentes), outros a resumem a um parque gráfico produtor de diplomas. Os primeiros acham que podem tudo para a manutenção de seu *status quo*, os segundos encontram nestes um sócio perfeito. E a universidade? Acabou? De forma alguma. Há outros que possuem concepções modernas, ecúmenas, "universais". Para estes, a Universidade é a "*hinterland*" do saber, é a produção e renovação do conhecimento. Com isso procuram romper com as amarras do primitivismo intelectual, não se acomodam com o provincianismo estabelecido. O estudante que comunga desta conceituação, jamais necessitou derramar lágrimas para se aprovar em qualquer que seja a disciplina, jamais aceitou os limites do saber desenvolvido em sala de aula (pelo contrário, sempre procura ir além). A leitura, a apresentação de um trabalho bem feito, o envolvimento com a pesquisa não é só um conceito, mas um investimento na sua formação profissional. O que fazer com quem não faz nenhum investimento em sua formação? Reprová-lo? Deixar que o mercado de trabalho o elimine? Não temos a resposta pronta.

Recentemente, dez estudantes reuniram-se em congresso em uma das maiores universidades do país. A importância desta participação estará clara no nível de discussão nos debates de sala de aula. Não estamos nos referindo aos "geo-turistas".

A exigência de um mínimo de qualidade é o que nos fará permanecer como universidade. O estudante que não lê; não participa de congressos, não pratica o exercício mental de seu pensamento escrevendo e não se envolve com a pesquisa, está fadado a pedir e chorar por nota junto ao professor. Isso é triste, é humilhante.

Prof. Josué da Costa Silva

RESGATE BIBLIOGRÁFICO

MAX . SORRE, GÊNERO DE VIDA E OS RIBEIRINHOS DO MADEIRA

JOSUÉ DA COSTA SILVA*

SORRE, M.** A Noção de Gênero de Vida e seu Valor Atual. in: Boletim Geográfico nº 172 jan/fev.1963, AGB/SP. 1963.(Texto 1)***

Em um um artigo publicado nos *Annales de Géographie- Bulletin de La Société de Géographie*, de 1948, Max. Sorre vai tecer considerações sobre o trabalho de Vidal de La Blache datado de 1911. Tendo este como base, SORRE procura enriquecer o conceito de **Gênero de Vida** e mostrar a sua importância na atualidade. Antes, há o registro da crítica do autor sobre o silêncio da academia ao referido conceito.

O que vem a ser Gênero de Vida? SORRE ratifica a importância de conteúdo do conceito e afirma que "...a noção de Gênero de Vida, é extremamente rica, pois abraça a maioria, se não a totalidade das atividades do grupo e mesmo dos indivíduos. (...) êstes elementos materiais e espirituais são, no sentido exato da palavra, técnicos, processos transmitidos pela tradição e graças aos quais os homens se asseguram uma posse sôbre os elementos naturais. Técnicas de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de maquinaria, são sempre técnicos, como as instituições que mantêm a coesão do grupo assegurando sua perenidade". (SORRE, 1963:30).

O conceito de Gênero de Vida, desenvolvido por La Blache, está pautado em uma minuciosa observação de diversas culturas onde o poder criativo do gênio humano, estimulado pelo meio, elabora estratégia de sobrevivência própria para cada grupo. Gênero de Vida será, então, a combinação de técnicas.

Mas, La Blache e Sorre vão falar também de "elementos materiais e espirituais" e, em outro momento, SORRE afirma que perdemos gradativamente o "sentido do sagrado". O texto discorre ainda sobre o

conteúdo da noção e evolução de Gênero de Vida. Entretanto já temos base para pensarmos o cotidiano dos ribeirinhos do Rio Madeira.

Considerando o Gênero de Vida como o conjunto de técnicas que foram repassadas de geração a geração, nascida da necessidade de dar uma resposta a alguma manifestação do meio, tal conceito torna-se bastante atual e próprio para a compreensão da organização social e espacial de grupos como os ribeirinhos.

Não vamos usar este conceito para classificar estas comunidades segundo o seu desenvolvimento. Isto empobrece o Gênero de vida e nos afasta da realidade que estamos analisando. O termo ribeirinho por si só constitui um universo bastante heterogêneo: há os que vivem da agricultura, da coleta de produtos da mata, os pescadores etc. Falaremos rapidamente dos pescadores: há os de igarapés, lagos e rios (é preciso lembrar a dimensão que cada uma destas categorias assumem na Amazônia). A diferenciação é grande, exige técnicas próprias, há o seu conjunto próprio representações simbólicas. Pescar no Rio Madeira requer conhecimentos que não são aplicados na pesca do pirarucu nos lagos. Para estes grupos sociais suas técnicas herdadas estão repletas de representações simbólicas, míticas que foram construídas por um grande senso de observação e interpretação das manifestações da natureza. Estas interpretações dão coesão aos grupos sociais e asseguram sua perenidade, como quer Max. Sorre.

*** Professor do Departamento de Geografia/UNIR; mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP; membro do Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Imaginário Social.**

**** Max. Sorre nasceu em 1880 em Rennes, tendo falecido em 1962, geógrafo, pioneiro em defender o ponto de vista ecológico como método da Geografia**

*****O texto faz parte do acervo bibliográfico do Laboratório de Geografia Humana-LABOGEOH**

ESPAÇO ABERTO

DOCUMENTO: SUPORTE DA MEMÓRIA E FONTE DA HISTÓRIA*

ARNEIDE B. CEMIM**

Resumo

A percepção e o reconhecimento do elemento de intencionalidade perpassa e constitui a categoria "documento" desde os "Analles" até a "Nouvelle Histoire". De tal maneira que se propõe a ampliação da noção de documento de modo a reconhecer em todo documento um monumento. Ou, dito de outro modo, o que se propõe é a descoberta dos fios - muitas vezes invisíveis - que conduzem ao poder. O poder que lhe deu origem e o preservou - a chamada memória histórica, e o saber-poder que os institui - os interesses da pesquisa e do pesquisador. (Foucaut *apud* LE GOFF, 1990).

Palavras-Chave: Documento, Memória e História.

Abstract :

The perception and the recognition of the element of intencionalidade perpassa and it constitutes the category " document " from " Analles " until Nouvelle Histoire ". In such a way that intends the amplification of the notion of way document to recognize in every document a monument. Or, dictates in other way, which she propose it is the discovery of the threads - many invisible times - that lead to the power. The power that gave him/her origin and it preserved him/it - the call historical memory, and the to know-can that institutes them - the interests of the research and of the researcher. (FOUCAUT APUD READS GOFF, 1990).

Key-Words: I document, Memory and History.

O processo de conceituação sustenta-se em duas características básicas dos conceitos: a extensão e a compreensão. Da tensão entre o sentido amplo e o sentido estrito surge a discussão conceitual e com ela o problema da definição.

Em sentido amplo, "documento (...) é todo e qualquer suporte da informação" (CASTRO *et alii*, 1988:19). Trata-se portanto de algo físico, funcionando como veículo para idéia, definida como incorpórea e abstrata. A idéia, na linguagem documentária, é a informação.

Em sentido mais restrito, documento é "todo material escrito, cartográfico, fotocinematográfico, sonoro" (IDEM, IBDEM. p.19). Ou seja, tudo aquilo cujo suporte é o papel e seus "congêres", a película fotográfica, a fita magnética, o vinil, e mais recentemente o disco-laser.

Entretanto, "...a História faz-se com muito mais do que isso. Há 'n' tipos de documentos. No sentido *lato*, aqueles cujo suporte não são papel e os que ultrapassam as fronteiras da arquivística tradicional" (BELLOTTO, 1989:7).

Para Le Goff, a História faz-se "...com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais (os documentos escritos). Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas." (LE GOFF, 1990:540).

Para este ponto convergem as concepções, as fontes e os métodos da "Nouvelle Histoire" e os "...apelos de certos historiadores franceses por uma nova arquivística para uma nova história" (BELLOTTO, 1989:7).

Analisando a categoria "documento" Le Goff (1990) discute as variações de significado que o conceito assumiu ao longo da

história, até emergir e destacar-se de um conjunto de categorias: prova, instrumento, testemunho, monumento.

O caráter de prova jurídica, funcional e administrativa constituiu a primeira finalidade dos documentos escritos. Sua apropriação pela historiografia guardou as marcas dessa origem e fez escola - o positivismo e sua formulação emblemática: a História se faz com documentos (escritos) e isenção. Isto é, imparcialidade a despeito dos interesses.

Assimilado enquanto prova histórica para a escola positivista do século XIX, a categoria documento em seu processo de constituição foi mediada pelo conceito de monumento do qual apreendeu o caráter de intencionalidade. Deste modo Le Goff assinala que para os historiadores positivistas do século XIX e início do século XX o documento "...será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador (...). A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento" (LE GOFF, 1990:536).

A percepção e o reconhecimento do elemento de intencionalidade perpassa e constitui a categoria "documento" desde os "*Analles*" até a "*Nouvelle Histoire*". De tal maneira que se propõe a ampliação da noção de documento de modo a reconhecer em todo documento um monumento. Ou, dito de outro modo, o que se propõe é a descoberta dos fios - muitas vezes invisíveis - que conduzem ao poder. O poder que lhe deu origem e o preservou - a chamada memória histórica, e o saber-poder que os institui - os interesses da pesquisa e

do pesquisador. (Foucault *apud* LE GOFF, 1990).

Ao mesmo tempo, as inúmeras possibilidades de apreensão e análise de novas fontes põem em questão a própria tipologia documental. Indaga-se acerca da pertinência da estrutura tradicional dos instrumentos de pesquisa histórica frente às demandas e as multiplicidades de fontes da historiografia na atualidade. Neste sentido, Le Goff adverte para a necessidade de se "...elaborar uma nova erudição capaz de transferir (o) documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica". (LE GOFF, 1990:549).

Entretanto, BELLOTO (1989) ressalta a preponderância do "documento de arquivo" no trabalho historiográfico. E os manuais de arquivologia e arquivística seguem a tipologia tradicional classificando os documentos de arquivo segundo o gênero: TEXTUAIS (manuscritos, datilografados ou impressos), AUDIOVISUAIS (filmes, fotografias, microfilmes, discos, fitas magnéticas), CARTOGRÁFICOS (mapas, atlas, plantas), e ICONOGRÁFICOS (desenhos, gravuras...); segundo a espécie: mensagem, ata, relatório, ofício, decreto, carta... E segundo a natureza do assunto: sigiloso, secreto, reservado, ordinário... (Cf. CASTRO *et alii*, 1988:42-5).

Deste modo, discutir o documento enquanto tal, parece ser a questão preliminar no momento de constituição dos "fundos" de um arquivo histórico, uma vez que eles não irão parar ali por acaso (Cf. BLOCH *apud* LE GOFF, 1990:544). Da discussão do documento chega-se a noção de que o objeto histórico é construído e constitui-se historicamente.

Compreende-se portanto o documento de arquivo como um "...conjunto de discursos de facto pronunciados, que continua a funcionar, a transformar-se ao longo da história (segundo regras de formação, de existência e coexistência que lhe são próprias), que dá a possibilidade de aparecimento a outros discursos". (Foucault *apud* Griset. In: LE GOFF *et alii*, 1989:58-9).

Discursos científicos, filosóficos, políticos e culturais. Fornecendo dados ao historiador, ao geógrafo, ao antropólogo, ao sociólogo, ao estatístico e ao literato... Capaz de constituir-se em suporte da memória e fonte da história ao restituir a sua própria historicidade, desvendando o modo de produção dos documentos de arquivos, o seu meio histórico, a problemática que os institui e os poderes que sustenta.

BIBLIOGRAFIA:

- BELLOTO, H. L.** O Sentido da Descrição Documental. Boletim do Centro de memória da UNICAMP. Campinas, 1, (1):7-10, jan/jun., 1989.
- CASTRO, A. M.** *et alii* Arquivística/Arquivologia. RJ. Ao Livro Técnico, 1988.
- GRISSET, A.** Foucault, um Projeto Histórico. in: LE GOFF, J. *et alii* História e Memória.: Campina, UNICAMP, 1990.
- LE GOFF, J.** História e Memória. Campinas, UNICAMP, 1990.
- SCHELENBERG, T.R.** Documentos Públicos e Privados: Arrojo e Descrição. RJ. FGV, 1980.

****Professora Assistente do Departamento de Filosofia e Sociologia/UNIR e Membro do Centro Interdisciplinar de de Estudos e Pesquisas sobre o Imaginário Social**

*Artigo escrito para o Simpósio - Arquivo e Documentação - promovido pelo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UNIR (CDPH-UNIR), nov. de 1992.

A UTOPIA DA GESTÃO AMBIENTAL

DORISVALDER DIAS NUNES*

Resumo :

As justificativas para o fracasso no gerenciamento ambiental sempre recai na falta de recursos. Talvez. No entanto, em se tratando de Rondônia, os recursos para proteção das reservas estava incluído no Polo de desenvolvimento do Noroeste do Brasil-POLONOROESTE e que, segundo FEARNSIDE, "...foram alocados recursos até para o patrulhamento das reservas por helicópteros." (FEARNSIDE, 1985).

Palavras – Chave : Utopia ,Gestão e Ambiental.

Abstract :

The justifications for the failure in the environmental gerenciamento always relapse in the lack of resources. Perhaps. However, in if treating of Rondônia, the resources for protection of the reservations were included in the Pole of development of the Northwest of the Brazil-POLONOROESTE and that, according to FEARNSIDE, " ...foram allocated resources even for the patrolling of the reservations for helicopters ". (FEARNSIDE, 1985)

Key-Words: Utopia ,Gestão and Environmental.

Desde o advento do modismo ambientalista, surgido na década de 60, pôde-se verificar o fortalecimento da consciência ecológico-ambiental que a sociedade adquiriu, face a necessidade em obter respostas quanto ao problema da disponibilidade dos recursos naturais. Evidentemente, não havia um reconhecimento sólido, por parte da sociedade como um todo, quanto a relevância da questão. É nesse contexto que surge a "...institucionalização da ação ambiental." (BURSZTYN, 1993).

No Brasil a "...ação do Estado no enfrentamento da questão ambiental remonta, no que diz respeito à criação de instituições específicas, ao início da década de 70 (...) com a criação da SEMA (Secretaria especial do Meio Ambiente)..."(IDEM, IBDEM), ato caracterizado mais por simbolismo do que de efetiva ação e que, a bem da verdade, surgia como uma resposta às discussões travadas na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Durante muito tempo as instituições públicas criadas para gestar o meio ambiente (SEMA, CONAMA etc.), vegetaram. Isso, caracterizou a total ineficiência institucional nas ações de gerenciamento nessa conflitante relação "sociedade *versus* natureza".

MARGULIS nos coloca a seguinte questão: Como explicar a ineficiência institucional? Será que é uma questão de limitação de recursos ou ausência de determinação política? Não para responder, mas para suscitar a discussão, lembremo-nos o que mostra VALVERDE ao analisar a situação de Mato Grosso que, embora com 15 guardas para

fiscalizar 125 milhões de hectares de Floresta Amazônica, não houve falta de verbas; só para se ter uma idéia, em 1978, somente em desmatamento, o Estado arrecadou 8,5 milhões de cruzeiros. Com base neste quadro, como explicar a deficiência no aparato de fiscalização? (VALVERDE e FREITAS, 1980). Surge ainda, algumas outras indagações: Qual o montante de recursos arrecadado pelos órgãos públicos em multas e impostos ambientais? Onde este dinheiro é aplicado?

Em Rondônia, a situação não é diferente. Durante as décadas de 70 e 80, assistiu-se a um desenfreado processo migratório que, em princípio, parecia controlável, porém a realidade vai mostrar o contrário. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, era o órgão que gestava o processo de assentamento oficial de famílias. Tal processo fugiu ao controle e tivemos uma ocupação desordenada agravada com a inauguração da rodovia BR-364. As consequências para as áreas de preservação ambiental do Estado foram imediatas. "...É ilustrativo o caso da Reserva Biológica do Guaporé, ao sul de Rondônia. A área de 1,4 milhão de hectares originalmente proposta, segundo mapas publicados pelo banco mundial, foi sucessivamente diminuída (...) primeiro transferiram seu limite sul mais para o norte, a fim de não tocar as já ocupadas terras ao longo do Rio Guaporé, depois encolheram seus limites a leste e oeste para evitar conflitos de terras..." (FEARNSSIDE,1985). O resultado foi a diminuição da reserva para 600 mil hectares em 1982.

As justificativas para o fracasso no gerenciamento

ambiental sempre recai na falta de recursos. Talvez. No entanto, em se tratando de Rondônia, os recursos para proteção das reservas estava incluído no Polo de desenvolvimento do Noroeste do Brasil-POLONOROESTE e que, segundo FEARNSIDE, "...foram alocados recursos até para o patrulhamento das reservas por helicópteros." (FEARNSIDE, 1985).

Diante de tantas questões fica claro que não é a falta de recursos o grande empecilho para bem gestar o meio ambiente. Já consideramos o exemplo dos recursos advindos do POLONOROESTE, temos hoje os do PLANAFLORO e ainda não consideramos os recursos de multas e impostos. Assim, será realmente a falta de recursos que determina a má gestão ambiental? Não! Falta a determinação política para que os aspectos ambientais sejam realmente considerados; falta um projeto ambiental mais objetivo do governo, pois não há como entender a disponibilidade de recursos para gerenciar questões de cunho ambiental e ao mesmo tempo, assistirmos passivamente a degradação dos recursos naturais.

Com as explicações acima procuramos **minar** a grande justificativa oficial que é a falta de recursos para o gerenciamento do meio ambiente. Resta-nos a interrogação: A gestão ambiental é uma realidade ou uma utopia?

BIBLIOGRAFIA:

BURSZTYN, M. Estado e Meio Ambiente no Brasil. *In: Para pensar o Desenvolvimento Sustentável.* Brasiliense, SP, 1993.

FEARNSIDE, P. Rondônia: A Farsa das Reservas. *In: Revista Ciência Hoje* 3(17): 90-2. 1985.

MARGULIS, S. A Economia e o Desenvolvimento Sustentado. *In: Análise Ambiental: uma Visão Multidisciplinar.* UNESP/FAPESP, SP. 1991.

VALVERDE, O e FREITAS, T.L.R. O Problema Florestal da Amazônia. Vozes, RJ, 1980.

***Prof. Dptº Geografia/UNIR; mestrando em Geografia Física pela Universidade de São Paulo-USP; Membro do Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sobre o Imaginário Social**

A CIÊNCIA E A DERROTA DA RAZÃO

ALBERTO LINS CALDAS *

Resumo :

Em primeira instância observaremos que a opção pela Geografia está proporcionalmente relacionado com o baixo índice de concorrência, isto é, o número de candidatos por vaga.

Palavras- Chave : Ciência, Derrota e Razão.

Abstract:

In the first instance will observe that the option by geography is proportionally relates to the low competition, i.e. the number of candidates per vacancy.

Key-Words: Science, defeat and Reason.

O Capitalismo tem na Ciência um de seus elementos fundamentais. É talvez o único modo de produção que tem uma "instituição" própria para desenvolver as forças produtivas e, ao mesmo tempo, servir de parâmetro sobre a realidade e validade das coisas, gerando uma das bases da ideologia enquanto pensamento lacunar.

A analítica científica é a expressão viva, em termos de conhecimento, da estrutura da mercadoria. Sua função é fragmentar. Sua legitimidade provém da brutal similaridade com o real, não com todo e qualquer real, mas com a realidade capitalista. A Ciência reproduz os elementos capitalistas e não o concreto como um todo. A mentalidade científica é "idêntica" a mentalidade mercantil.

As "Revoluções Científicas", no fundo, não passam de mudanças e substituições de tecnologia, reciclagem de materiais, necessidade de novas concepções sobre o real como meio de manipula-lo. Isso porque a Ciência é, e sempre foi, expressão de poder e ideologia. É através dela que somos obrigados a ver o mundo de hoje.

Dessa maneira a Ciência se impôs como um mito negativo. Ao invés de provir do mito, a Ciência é somente um mito descarnado e cínico. Suas relações amorais com o Capitalismo e com todo e qualquer poder, desvenda e desvela a sua real essência: ser a principal ideologia do poder e dos poderes.

No entanto a "morte" da Ciência nos deixa órfãos. Aprendemos a contar somente com ela. Tolice! Dentre os saberes, a Ciência sempre foi o menor, o mais vazio, o mais tolo e cruel. Restamos ainda muito mais do que

desconfiamos. O humano, como sempre, está à espera de ser compreendido e revolucionado.

A realidade desvendada pela Ciência, por mais profunda que pareça, é sempre a aparência mais utilitária. Só ao se entregar à imaginação e ao puro deleite negativo é que a Ciência consegue esquecer seu fundamento e destino. Mas assim ela deixa de ser Ciência. A crítica que dissolve fundamentos, negando ideologia e utilitarismos, não faz parte da Ciência, que é eminentemente construtiva, jamais destrutiva como requer a Filosofia. A destrutividade da Ciência ou é mortal ou é reciclagem, nunca uma compreensão humana do mundo e imposição do homem acima das coisas e dos sistemas. Enquanto a Ciência domestica o homem, a meta é libertar e refundamentar a vida.

O medo do Irrracional, como se a racionalidade estivesse na Ciência, desconhece que a Ciência necessariamente é o Irrracional tornado Sistema. A racionalidade científica é lacunar, é analítica, é míope, é razão subserviente. Isso não é Razão nem racionalidade. O capitalismo precisa dessa irracionalidade aparecendo como Razão. A Razão mesma nada tem de científica. A compreensão do mundo passa longe da Ciência mas não antes de combatê-la.

Instaurar ou reinstaurar a Razão e seus reais fundamentos é uma das principais missões do pensamento no próximo milênio. Partindo de uma realidade que devora todo antagonismo, sem heresias e sem inimigos, constituir uma Razão que possa realmente ser inimiga dos sistemas e dos poderes. Tal racionalidade requer uma luta constante em todos os níveis da realidade. Mas enquanto não resolver a capacidade que o

capitalismo tem de assumir e mercantilizar toda agressão e todo antagonismo não poderemos retomar os fios de um pensamento que lute pela dignidade do humano.

*** Professor do Dptº de História/UNIR; membro do Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Imaginário Social.**

O ESPAÇO DO ESTUDANTE

GEOGRAFIA: A quem interessa o curso?

LUIZ ALBERTO DALBONE*

Aurélio Buarque denomina Universidade como uma Instituição Superior que tem por função precípua garantir e conservar o progresso nos diversos ramos do conhecimento, pelo ensino e pela pesquisa.

Não resta dúvida que essa é a função específica, entretanto, a distância que separa a universidade da comunidade (em nosso caso - a UNIR, em particular), é um fato que não podemos negar, principalmente no curso de Geografia, onde deveria ser o contrário.

Para mostrar as reflexões do que ocorre nos bastidores destes fatos e também a coerência deste distanciamento, é a procura do alunado pelo curso nos concursos vestibulares para a área de Geografia.

Em primeira instância observaremos que a opção pela Geografia está proporcionalmente relacionado com o baixo índice de concorrência, isto é, o número de candidatos por vaga.

É lógico que este fato expressa a falta de um inter-relacionamento do curso com as escolas públicas e privadas, uma vez que o objetivo do curso é formar profissionais para atuarem nesta área - como professor licenciado ou bacharel (implantado recentemente) . Aí surge a pergunta: Como fazer para reverter esse quadro?

Milton Santos em seu livro **Metamorfose do Espaço Habitado** é sucinto em afirmar : "...o processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita apreender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende."

Torna-se necessário e urgentíssimo renovar e inovar esta forma de pensar, caso contrário deixaremos de aprender a natureza a fim de poder apreendê-la.

- **Professor de 1º e 2º graus da rede pública e privada da capital. Bacharelado do Curso de Geografia da UNIR**

IMPLANTAÇÃO DO CAM - CENTRO ADMINISTRATIVO DE PORTO VELHO: Considerações Iniciais

ANTÔNIO SENA FILHO*
DORISVALDER DIAS NUNES**

Resumo :

Considerando a análise sintética (peculiar a um Plano Diretor), nos propomos estudar as possíveis consequências da intervenção do Estado(município), nas transformações do espaço urbano com a implantação de um centro administrativo. Neste sentido, a produção do espaço na cidade de Porto Velho, com vistas ao planejamento urbano, carece ser pesquisado sem as amarras do poder político dominante, como também, sem sofrer as pressões de interesses econômicos atuantes na definição de prioridades do município.

Palavras – Chaves: Implantação, Centro, Administrativo e Porto velho.

Abstract:

Considering the synthetic analysis (peculiar to a master plan), we intend to study us the possible consequences of the intervention of Estado(município), in the transformations of the urban space with the implantation of an administrative center. In this sense, the production of the space in the city of Porto Velho, with views to the urban planning, needs to be researched without the cables of the dominant political power, as well as, without suffering the pressures of interests economical atuantes in the definition of priorities of the municipal district.

Key-Words: Implantação, Centro, Administrative and old Porto.

As discussões apresentadas no Plano Diretor de Porto Velho, elaborado em 1990 por profissionais da Universidade de São Paulo, com a participação dos profissionais do Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Porto Velho, são de fundamental importância para o prosseguimento de qualquer pesquisa que se pretenda aprofundar nas questões dos sítios de Porto Velho. Entretanto, um Plano Diretor é a instrumentação genérica da ordenação do uso do solo urbano, e não deve ser tratado como produto final do planejamento urbano.

Cada grande artéria viária, cada novo bairro, cada equipamento urbano proposto ou implantado etc., tem sua análise impraticável se o seu aprofundamento for vertical dentro do Plano Diretor. Tais detalhamentos devem ser objetos de pesquisas individualizadas para cada alternativa rezada na elaboração do Plano Diretor, e essas alternativas necessitam de revisão quinquenal ou, em até menos tempo se advir imperiosidades, para melhor adequação à dinâmica da cidade. Seria importante que os estudos fossem feitos sem as amarras passionais oriundas de gestões político-eleitorais e/ou pressões econômicas que ocasionalmente, findam por distorcer as diretrizes propostas na concepção de um Plano Diretor.

Detectando a dispersão física locacional das atividades administrativas da prefeitura, apresentou-se no Plano Diretor a proposta de implantação do CAM-Centro Administrativo Municipal, em dois setores distintos, a saber:

ALTERNATIVA I: A leste da Avenida Rio Madeira nas

proximidades da Avenida José Vieira Caula, numa área de pouca ocupação humana, terrenos planos com lençol freático relativamente elevado, próximo ao centro geográfico do perímetro urbano;

ALTERNATIVA II: No entrocamento da Avenida Jorge Teixeira com a BR 364, mais precisamente a oeste da Avenida Jorge Teixeira e a norte da BR 364, numa área de declividade acentuada, recortada por canais com recebimento de detritos e ocupação humana em desacordo com as normas de postura da cidade. A alternativa II foi priorizada no Plano Diretor para instalação do Centro Administrativo Municipal, tendo como principal justificativa promover o adensamento demográfico de Porto Velho.

Considerando a análise sintética (peculiar a um Plano Diretor), nos propomos estudar as possíveis consequências da intervenção do Estado(município), nas transformações do espaço urbano com a implantação de um centro administrativo. Neste sentido, a produção do espaço na cidade de Porto Velho, com vistas ao planejamento urbano, carece ser pesquisado sem as amarras do poder político dominante, como também, sem sofrer as pressões de interesses econômicos atuantes na definição de prioridades do município.

Embora o planejamento urbano deva ser, *a priori*, participativo, as atuações das comunidades de bairros mais influentes, atrairão para si equipamentos e benfeitorias devido a comodidade com a proximidade de obras de utilidade pública/moradia em detrimento de

outras comunidades periféricas, sem o mesmo poder de influência.

Neste contexto, a Universidade deve atuar como centro de produção científica. O meio acadêmico, torna-se um organismo vivo na proposição de uma reestruturação da malha urbana e até defensora da permanência e conservação de setores que satisfazem a dinâmica da cidade.

A localização dos grandes equipamentos urbanos: praças, terminais de cargas e passageiros, centros desportivos, centrais de abastecimento etc, e sua funcionalidade, são extremamente importante para racionalização das atividades citadinas.

A estruturação de um CAM ou de um centro maior, com abrangência também na esfera estadual e federal, tem reflexos direto no cotidiano do cidadão comum e nas funções estruturais, econômicas e sociais da cidade merecendo assim, estudos notadamente pela sua capacidade unificadora e aglutinadora e, em contradição, causadora de expansão do tecido urbano circundante.

***Aluno do programa de iniciação científica do CNPq**

****Professor orientador/Deptº de Geografia/UNIR**

Este espaço é reservado à reflexões acadêmicas desenvolvidas pelos estudantes. Os temas são livres e devem, a princípio, ser desenvolvidos no máximo em uma lauda. O material será entregue no LABOGEOH.

BATE-PAPO GEOGRÁFICO

O Bate-Papo Geográfico não foi implementado conforme divulgação no Boletim do LABOGEOH nº 1, devido às inúmeras atividades de fim de semestre. Para 94, matêm-se a mesma programação e a divulgação de local e horário será feita em momento oportuno.

FIQUE POR DENTRO

8º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA-ENEG

IBALDECI S. FERREIRA*

O 8º ENEG, realizado na Universidade de São Paulo-USP/SP, no período de 16 a 21 de janeiro/94, contou com a participação de aproximadamente 500 estudantes oriundos das diversas escolas de Geografia de todo o País.

A Universidade Federal de Rondônia/UNIR se fez presente com um grupo de 10 estudantes de Geografia, 01 de Enfermagem e 02 de Educação Física. Infelizmente lamentamos o número de estudantes participantes do encontro, já que o Centro Acadêmico de Geografia-CAGEO, com muito esforço conseguiu fretar um ônibus com capacidade para 50 pessoas e apenas 13 estudantes que constavam da lista, participaram do evento.

AValiação DO ENEG: A discussão central do ENEG discorreu em torno do tema geral: "Geografia e Práticas Sociais", através de Mesas Redondas, Grupos de Discussão, Trabalhos Orientados e Plenárias.

De maneira geral, o resultado do ENEG foi satisfatório, em função das reflexões sobre os problemas da Geografia e o estabelecimento de intercâmbio de informações, ao tempo em que se fez uma avaliação dos movimentos de estudantes de Geografia.

De acordo com os relatos da realidade dos cursos de cada região apresentados por colegas de todo o Brasil, podemos dizer que a Geografia merece uma discussão aprofundada no tocante à atividade acadêmica e principalmente seu papel na sociedade moderna. É unânime a preocupação entre os estudantes, no que concerne ao mercado de trabalho do geógrafo. Praticamente nossa atuação profissional tem se limitado ao ensino de 1º e 2º graus. Não que este espaço não seja importante, mas a Geografia merece um destaque no mundo de hoje principalmente por possuir um caráter interdisciplinar, não podemos ficar restritos à sala de aula.

O profissional da Geografia vem perdendo gradativamente seu espaço no mercado de trabalho para outros profissionais, neste sentido não nos caberia questionarmos sobre os profissionais que estão saindo das universidades? Somos sabedores de nosso espaço no mercado de trabalho, mas por quê não o ocupamos? Temos que ter consciência que o mercado atual exige competência e qualidade profissional. Não há espaço para o corporativismo, mais que isso, não há espaço para a dicotomia na Geografia. E se quisermos atuar no mercado com competitividade temos que superar o embate entre geógrafos físicos e humanos, entre bachareis e licenciados.

Hoje a questão ambiental surge como uma grande perspectiva de trabalho para o geógrafo, tanto a nível de planejamento quanto na elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental-RIMAs, mas para atuarmos com maior poder de influência, é necessário revermos alguns pontos relacionados ao ensino da Geografia, entre os quais: A grade curricular, precisamos adequá-la a cada realidade local; repensar os métodos de ensino nas universidades, a relação professor-aluno que sempre se caracterizou por um distanciamento. O incremento das atividades extra-classe (a pesquisa e a extensão) , proporcionam o desenvolvimento de um saber salutar e nos aproxima da

comunidade, isso nos dá condições de conscientizá-la do papel da Geografia na construção de uma sociedade mais justa. Para nos organizarmos enquanto categoria, dependemos da estruturação da Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB, seção local. Ela é nossa força política perante a sociedade organizada.

NOSSA PARTICIPAÇÃO NO ENEG: Apesar do pequeno grupo presente no 8º ENEG, nossa ação participativa foi marcante. Procuramos atuar efetivamente nos debates, discutindo e propondo várias questões. Na plenária final juntamente com os colegas do Acre, apresentamos várias propostas, que foram aprovadas em sua maioria. Inclusive o próprio regimento do encontro foi elaborado por estudantes de Rondônia e Acre.

Para finalizar, conseguimos eleger três dos cinco diretores da executiva regional (NORTE), sendo dois do Acre e um de Rondônia. Estamos trabalhando na tentativa de realizar o I Encontro de Estudantes da Região Norte a ser sediado em Porto Velho, marcando assim o início de um intercâmbio regional entre estudantes, professores e profissionais de Geografia da Amazônia. É preciso vestir a camisa.

***Bacharelado do Curso de Geografia/UNIR e membro da Executiva Regional de Geografia.**

**** I CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS.** Período: 06 a 08/04/94. Local: U.F.R.J.

**** I CONGRESSO BRASILEIRO DE ANÁLISE AMBIENTAL.** Período: 23 a 27/05/94. Local: UNESP/RIO CLARO.

**** I CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE O IMAGINÁRIO SOCIAL.** Período: 27 a 31/03/94. Local: Niterói/RJ

**** V CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS.** Período: 17 a 22/07/94. Local: U.F.P.R.

**** 46a. REUNIÃO ANUAL DA S.B.P.C.** Período: 17 a 22/07/94. Local: Vitória-ES.

BOLETIM DO LABOGEOH

Publicação bimestral do Laboratório de Geografia Humana da Universidade de Rondônia.

Editor: Josué da Costa Silva

Equipe de Redação: Josué Costa; Maria das Graças; Dorisvalder Nunes;

Colaboração: Alberto Lins Caldas

Diagramação: Josué Costa

* As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

* As matérias devem ser entregues no LABOGEOH no máximo, até a terceira quinzena do bimestre da edição.

**End: Caixa Postal 1420
Porto Velho- Ro. 78.900-970**